

PLANO DE TEXTO E CONTEXTO: CONCEITOS EM INTERFACE PARA O TRATAMENTO DA ESCRITA E DA LEITURA EM MÍDIA DIGITAL

Sueli Cristina Marquesi¹
Ana Lúcia Tinoco Cabral²
Vanda Maria da Silva Elias³
Micheline Mattedi Tomazi⁴
Maria das Graças Soares Rodrigues⁵

Resumo: Este artigo tem por objetivos estabelecer interfaces entre os conceitos de plano de texto e de contexto, bem como discutir seus reflexos na escrita e leitura de textos veiculados em mídia digital. O aporte teórico que embasa a discussão é formado principalmente pelos pressupostos da Linguística Textual que se encontram tanto na abordagem da Análise Textual dos Discursos quanto na abordagem sociocognitiva. Tal fundamentação conduz à reflexão acerca da organização do plano de um texto opinativo publicado digitalmente e da relevância de se pensar na contribuição da noção de contexto. A análise de um texto veiculado em mídia digital evidencia a importância do conceito de contexto sociocognitivamente concebido para o entendimento de plano de texto e, conseqüentemente, para as atividades de leitura e de escrita.

Palavras-chave: Plano de texto. Contexto. Escrita e leitura. Mídia digital.

Abstract: The aims of this article are to establish interfaces between the concepts of text plan and context, as well as discuss their reflexes in the writing and reading of texts transmitted in digital media. The theoretical support that underlies the discussion is formed mainly by the assumptions of Textual Linguistics that are found both in the Textual Discourse Analysis approach and in the socio-cognitive approach. Such theoretical foundation leads to a reflection on the organization of the plan of an opinion text published in digital media and the relevance of thinking about the contribution of the notion of context. The analysis of a text published in digital media highlights the importance of the concept of context conceived from a socio-cognitive perspective for the understanding of the text plan, and consequently for reading and writing activities.

Keywords: Text plan. Context. Writing and reading. Digital media.

Considerações iniciais

Os conceitos de plano de texto e de contexto, respectivamente discutidos no âmbito da Linguística Textual, nas abordagens da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011 [2005]) e da Sociocognição (VAN DIJK, 2012), figuram hoje entre os temas desafiadores da agenda

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. suelimarquesi.sm@gmail.com

² Universidade de São Paulo; Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da PUCSP, São Paulo, SP, Brasil. altinococabral@gmail.com

³ Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. vanda.elias@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. michelinetomazi@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. gracasrodrigues@gmail.com

dos estudiosos da área, principalmente pela possibilidade que abrem para a definição de critérios analíticos destinados ao tratamento do texto em diferentes gêneros textuais-discursivos. Considerando essas perspectivas teóricas, neste trabalho, temos por objetivos estabelecer interfaces entre os referidos conceitos e discutir seus reflexos na escrita e leitura de textos veiculados em mídia digital.

Para tanto, com base no pressuposto de que a mídia digital, ao propiciar recursos diversificados que vão muito além da materialidade linguística, contempla novas organizações textuais, cujo entendimento acarreta novas demandas para o trabalho de leitores e escritores, estabelecemos as seguintes perguntas: (i) Como se organiza o plano de um texto opinativo publicado digitalmente? (ii) Como e por que o conceito de contexto, concebido de uma perspectiva sociocognitiva, contribui para o entendimento do plano de um texto veiculado em mídia digital e, conseqüentemente, para sua escrita e leitura?

Para atingir os objetivos propostos e responder às questões aqui definidas, organizamos este texto em três seções: na primeira e na segunda, discutimos, respectivamente, os conceitos de plano de texto e de contexto, este último tal como o concebe a abordagem sociocognitiva; na terceira, analisamos o plano de um texto opinativo publicado digitalmente, considerando suas implicações no tratamento da escrita e da leitura em meios digitais. Nas considerações finais, com base na análise realizada, manifestamos nossa reflexão sobre a importância do conceito de contexto sociocognitivamente concebido para o entendimento do referido plano de texto.

O conceito de plano de texto

Os estudos sobre plano de texto vêm sendo desenvolvidos por Adam desde o final dos anos de 1980. É de se destacar que suas reflexões sofreram, ao longo do tempo, algumas reformulações; especificamente, em relação à terminologia, podemos observar, como pontua Miranda (2010), uma oscilação entre a denominação *planos*, *módulos* ou *níveis de organização textual*, ou da *textualidade*. Contudo, a despeito dessa variação terminológica, que, na verdade, reflete o “intrincado caminho que se traça em qualquer processo de teorização” (op. cit, p. 118), concordamos com a autora que, ao tratar do tema, Adam oferece uma perspectiva que permite abordar a complexidade dos textos.

Com o objetivo de avançar no entendimento do complexo conceito em pauta, e ampliá-lo, no contexto dos estudos da Linguística Textual de base sociocognitivo-interacional, discutimos, nesta seção, as perspectivas abertas pela abordagem de Adam, seja

dialogando com ele próprio (ADAM, 1992, 2011 [2005], 2019), seja dialogando com estudiosos que, valendo-se de suas concepções, nos trazem importantes contribuições.

Essas contribuições, como veremos a seguir, de um lado põem em discussão o próprio conceito de plano de texto e, de outro, discutem sua ocorrência em textos concretos, tais como os do domínio jurídico ou os de outros domínios, tomando-o como critério analítico que possibilita dar a conhecer diferentes tipos de organização textual, além de pensá-lo na relação com atividades de leitura e escrita (MARQUESI, 2016, 2018; CABRAL, 2013, 2016a, 2016b, 2018; RODRIGUES, 2016; RODRIGUES; MARQUESI, 2016; MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017; SOARES; RODRIGUES 2018).

Sem seguir uma ordem cronológica, mas iniciando pela concepção de Adam (2011 [2005]), por considerá-la fulcral para o entendimento que aqui buscamos, destacamos que o plano de texto é o principal fator unificador da estrutura composicional e desempenha papel fundamental na composição macrotextual do sentido.

Dessa perspectiva, segundo o autor (op. cit., p. 258), “os planos de textos estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais e permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, prescrita por um gênero”. Para desenvolver esse conceito, Adam o relaciona ao estudo das sequências textuais, evidenciando sua concepção de sequências como unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições. Nesse sentido, para o autor, a macroproposição é uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando, pois, posições precisas dentro do todo ordenado da sequência e adquirindo sentido em relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sequência.

Especificamente sobre o conceito de sequência, importa lembrar que Adam (op. cit.) entende sequência como estrutura, uma vez que atende a dois aspectos: (i) é uma rede relacional hierárquica, uma vez que se trata de uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem; (ii) é uma entidade relativamente autônoma, dotada de organização interna que lhe é própria, e encontra-se em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto).

Levando em conta esses dois aspectos, o autor ainda acrescenta que uma sequência depende de combinações pré-formatadas de proposições, considerando, para as diferentes combinações, cinco tipos: narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal e descritiva. As sequências, de acordo com Adam, se fazem presentes nos planos de textos em diferentes formas de composição, podendo caracterizar planos convencionais ou ocasionais. É de se

ressaltar também, para o entendimento do conceito, que, de acordo com a visão de Adam (op. cit., p. 255), “os planos correspondem ao que a retórica colocava na *disposição*, parte da oratória que regravava a ordenação dos argumentos tirados da *invenção*”. Contudo, o plano retórico clássico não abarcava a diversidade de planos de textos possível de ocorrer.

Essa exposição do pensamento de Adam (2011 [2005]) sobre plano de texto e sua interface com sequências textuais evidencia a complexidade do conceito, uma vez que nos remete, de um lado, a aspectos de ordem estrutural e, de outro, a aspectos de ordem textual-discursiva e enunciativa. É essa remissão que justifica o diálogo com outros estudiosos, tal como aqui proposto, a fim de trazer à reflexão suas contribuições que, por vezes, põem em foco (i) o conceito tal como concebido pelo autor em seus estudos iniciais (ADAM, 1992); (ii) os avanços decorrentes dessas discussões (COUTINHO, 2003; MIRANDA, 2010), bem como (iii) as análises de diferentes planos de texto em estudos mais recentes, que contribuem para o entendimento do referido conceito.

Tratando de (i) e (ii), começamos, então, o diálogo por Coutinho (2003), que inicia sua abordagem fazendo referência ao trabalho desenvolvido por Adam (1987)⁶, em que o autor distingue superestrutura de plano de texto, ambos dispositivos referentes a estruturas ordenadas de proposições, no âmbito do que o linguista francês denominou “dimensão sequencial do texto” (COUTINHO, 2003, p. 50).

Comparando esses conceitos – o de superestrutura e o de plano de texto –, ressalta a estudiosa que, para o autor, ao passo que a superestrutura se refere a um construto cultural, por isso reconhecível pelos usuários da língua, o plano de texto se refere a um produto resultante de uma construção pontual. No primeiro caso, evidencia Coutinho, trata-se de estrutura aprendida, pela qual se mantém a convencionalidade histórico-cultural; no segundo caso, trata-se de estrutura criada, que não dispensa a convencionalidade aprendida, em relação à qual se constitui como variante.

A autora avança em sua discussão, adentrando ao tratamento dado por Adam na obra de 1992, em que propõe distinguir segmentação, que considera associada ao estabelecimento de um plano de texto, e sequencialização, o que o autor parece considerar como sequencialidade ou estrutura sequencial. Coutinho observa que Adam, na obra em questão, ao diferenciar, por exemplo, o plano de texto do soneto elisabetano do plano de texto do soneto clássico italiano, conclui que se trata “apenas de uma segmentação canônica de um texto cuja

⁶ Textualité et séquentialité. L'exemple de la description. *Langue Française* 74, p. 51-72.

estrutura sequencial de base [...] precisa ser examinada de perto” (ADAM, 1992, p. 33, apud COUTINHO, 2003, p. 52).

Todavia, a autora enfatiza que, mesmo sem esclarecer como se dá o funcionamento da segmentação ou a que princípios ela obedece, especialmente quando não ocorre segmentação canônica, Adam trata da segmentação visível, cujos elementos, tais como indicações de mudança de capítulo e de parágrafo, títulos e subtítulos, recursos de pontuação e de paginação, conectores e organizadores textuais, constituem mecanismos capazes de marcar um plano de texto.

Em acréscimo a suas reflexões, a autora destaca que a noção de plano de texto tal como tratada em 1992 seria enriquecida se não ficasse centrada na segmentação estritamente formal, aspecto esse que, a nosso ver, avançou nos estudos de 2011 [2005], na revisitação que Adam faz da abordagem de 1992, como por nós situado anteriormente.

De qualquer forma, fica claro, seja em nossa leitura da obra de 2011 [2005], seja na releitura da obra de 1992 de Adam, ou ainda na discussão feita por Coutinho, que, desde os primeiros estudos sobre plano de texto, o autor já abria perspectivas para um entendimento não restrito ao conceito de superestrutura, mas aberto a uma estrutura composicional relacionada a aspectos macrotextuais de sentido.

Essa constatação, à qual aqui damos destaque, encontra respaldo na própria concepção de texto adotada pela autora, que implica o reconhecimento de sua função comunicativa, como “texto-em-situação”, levando em conta a dimensão pragmática, à qual se junta a dimensão cognitiva, ultrapassando-se, assim, a materialidade linguística, já que, para ela,

[...] a questão a estruturalidade ultrapassa largamente a mera segmentação de unidades. Trata-se sobretudo de **um trabalho de estruturação** segundo o qual as unidades se delimitam reciprocamente e se ordenam entre si – em função de critérios que são [...] de ordem cognitiva e comunicacional [...]. (COUTINHO, 2003, p. 55, grifo da autora)

Dessa forma, reitera-se ser possível reconstituir a estrutura textual por meio das marcas presentes na superfície do texto, constituindo-se tais marcas como a base para que o leitor possa estabelecer um percurso interpretativo juntamente com “a ‘**disposição do texto**’ do texto, isto é, as partes, ou **unidades**, de que se compõem, o critério temático ou pragmático, que as configura, a ordem, mais ou menos previsível, pela qual elas se dispõem” (COUTINHO, 2003, p. 55, grifo da autora).

Essa consideração da autora, segundo nosso ponto de vista, trouxe uma contribuição singular para o entendimento do conceito de plano de texto, oferecendo elementos para uma análise de plano de texto, tal como defendemos, que ultrapassa a estrutura textual.

Se a visão de Coutinho em 2003, baseada em discussão do trabalho de Adam (1987; 1992), deu-nos elementos para ampliar o entendimento do conceito de plano de texto, essa ampliação se enriquece com a visão de Miranda (2010), como passamos a tratar a seguir, já que a autora, para discutir o conceito conforme a abordagem atual de Adam – do plano de texto inserido em um de seus níveis de análise, o da estrutura composicional –, evidencia algumas das questões que se colocam para seu entendimento apenas nesse nível de análise.

Entre essas questões, a autora chama a atenção para as diversas referências a planos de textos oferecidas por Adam, quais sejam: estão disponíveis no interdiscurso; permitem que se construa (produção) e se reconstrua (leitura e escuta) a organização global dos textos; organizam a estrutura composicional dos textos; estão relacionados à *dispositio* da retórica antiga; operam na segmentação de aspectos visuais e legíveis de textos escritos; podem ser típicos (estabelecidos pelos gêneros) ou ocasionais e podem ser marcados por fenômenos como mudança de capítulo ou de parágrafo, títulos e subtítulos, versificação e estrofes, paginação, pontuação, incluindo-se, ainda, os organizadores textuais e os conectores que assinalam um plano de texto.

Nesse sentido, Miranda ressalta a relação entre planos de texto e gêneros, e compara a visão de Adam com a de Bronckart (1997)⁷ e com a de Maingueneau (2002)⁸, afirmando que, enquanto o trabalho dos dois últimos centrou-se na relação entre plano de texto e gênero, Bronckart considerando o plano do texto como *dependente* do gênero do qual o texto sobressai, e Maingueneau considerando-o como um dos constituintes do gênero, o trabalho de Adam possibilitou a conceitualização e sistematização da noção de plano de texto, apesar de, por vezes, ter sido de caráter especulativo.

A autora ressalta, ainda, os dois tipos de planos de texto dados por Adam: o plano fixo (convencional) e o plano ocasional, evidenciando que os planos fixos, ou algumas de suas partes ou seções, podem ter função de marcadores de gêneros, mais especificamente, de hipogêneros no processo de intertextualização. Tomando por base os muitos textos do *corpus* que analisou, a autora destaca que as seções de um plano de texto permitem que sejam identificados gêneros em particular, aos quais está relacionada uma organização

⁷ *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif.*

⁸ *Dictionnaire d'Analyse du Discours.*

composicional tipificada; isso implica que para o plano de texto (ou algumas de suas seções) funcionar como marcador de gênero, é necessário que ele seja um plano fixo ou convencional.

Nas considerações de Miranda, vemos ressaltada a recíproca relação entre plano de texto e gênero, não significando, entretanto, um tratar-se do outro, o que nos leva a relacionar a variabilidade de planos de texto em um mesmo gênero, como observado em textos do domínio jurídico, especificamente, naqueles referentes aos estudos de planos de texto de gêneros jurídicos (RODRIGUES; MARQUESI, 2016; MARQUESI, 2016; RODRIGUES, 2016; SOARES; RODRIGUES, 2018), que marcam a mudança de nosso diálogo, para mais um passo no entendimento do conceito em discussão, iniciando, assim, o tratamento de (iii), conforme indicado.

O primeiro estudo nesse âmbito foi o desenvolvido entre 2013 e 2016 por Rodrigues e Marquesi (2016), período em que as autoras analisaram extenso *corpus* de sentenças judiciais condenatórias e chegaram à variação de planos de texto no gênero estudado. Para tanto, exploraram o plano de texto em sentenças condenatórias no que se refere: (i) à estrutura macrotextual (com foco no todo) e à estrutura microtextual (com foco no aspecto quantitativo das partes); (ii) ao nível semântico em relação ao todo textual, considerando-se o tópico e os subtópicos discursivos discutidos. Dessa forma, o plano de texto, no estudo realizado pelas pesquisadoras, foi analisado levando-se em conta a organização linguístico-textual e enunciativa, nos níveis sintático, semântico e pragmático, tendo sido revelado, em um mesmo gênero, uma variação de planos de texto.

A conclusão a que Rodrigues e Marquesi chegaram no referido estudo as levou à confirmação, em trabalhos específicos sobre o gênero sentença judicial condenatória (MARQUESI, 2016; RODRIGUES, 2016), respectivamente, de que são importantes na análise do plano de texto:

- a organização de sequências textuais, bem como as informações para que as intenções de produção sejam atendidas e materializadas, uma vez que determinadas sequências, como, por exemplo, as descritivas, cumprem funções diferenciadas em cada parte do plano do texto (MARQUESI, 2016);

- os dispositivos textuais, discursivos e enunciativos de responsabilidade enunciativa, uma vez que podem revelar ocorrência de forma diferenciada em cada seção do texto, como, por exemplo, a não assunção de responsabilidade na seção relatório e a assunção de responsabilidade nas seções de fundamentação e dispositivo (RODRIGUES, 2016).

Na mesma direção dos estudos realizados pelas pesquisadoras, que nos permitem entender plano de texto como uma organização de ordem textual, discursiva e enunciativa,

importantes contribuições nos traz também Cabral (2013; 2016a), que considera o texto um objeto singular e, como tal, mesmo tendo sua composição submetida a um gênero, revela, em sua organização, algo de particular que corresponde às intenções do produtor, o que nos remete a seu plano enunciativo (CABRAL, 2016b). Essa consideração da autora reforça seu ponto de vista de 2013, quando discutiu a influência das intenções do produtor sobre a estrutura do texto, bem como da relação entre interlocutores, posição tomada com base no postulado de Kerbrat-Orecchioni (1998 [1990], p. 14), para quem “todo ato de fala implica normalmente não apenas uma locução, mas uma interlocução (uma troca de propósitos)”⁹.

Nesse sentido, Cabral (2016a) nos permite relacionar ao conceito de plano de texto o próprio conceito de texto, este, como destaca a autora, considerado um fenômeno enunciativo, socialmente situado e cognitivamente suportado, proposição que nos remete a Koch (2002), para quem o texto põe em interação produtor, texto e leitor na construção de sentidos, que depende, em grande medida, do contexto cognitivo dos interlocutores.

Cabral (2016b, p. 386) acrescenta que, para o estabelecimento de um plano textual, “um objetivo enunciativo se impõe”, sendo, pois, necessário pensar em plano de texto “em conformidade com os objetivos do produtor em determinado contexto enunciativo. Tal plano pode compor-se de várias sequências que participam harmonicamente dele para atender à função para a qual o texto foi produzido” (op. cit., p. 386).

O pensamento de Cabral nos remete a Coutinho (2003, p. 51), tal como já discutido, para quem é possível “admitir-se a hipótese de que uma efectiva competência textual inclua quer a aquisição de estruturas culturalmente enraizadas, quer a capacidade de lidar criativamente com esse saber interiorizado”. Lidar criativamente quer dizer produzir um texto singular, cujo plano reflete, de uma perspectiva, as intenções do produtor e, de outra, a compreensão do leitor. Nesse sentido, o plano, assim como o texto, é singular, mesmo que ele se enquadre em um gênero, conforme a esfera de atuação na qual se insere.

O diálogo até aqui estabelecido, ao relacionar plano de texto à organização de sequências textuais e à criatividade no processo de sua construção, considerando questões de ordem discursiva e enunciativa, leva-nos a trazer à discussão um último aspecto que consideramos importante para o entendimento do conceito de plano de texto: a orientação argumentativa, conforme estudado por Marquesi, Elias e Cabral (2017).

Dois são os aspectos importantes desse estudo, para a compreensão do plano de texto: o primeiro deles refere-se ao aprofundamento que as autoras dão para o entrelaçamento entre

⁹ “tout acte de parole implique normalement, non seulement une allocution, mais une interlocution (un échange de propos)” (tradução nossa).

diferentes tipos de sequências textuais, como elementos que entram na composição do plano de texto e que são expressivos das intenções de quem produz, levando a considerá-lo um todo particular de organização, com funções variadas na arquitetura textual; o segundo refere-se à visão das autoras de como os planos de texto, tal como concebido, favorecem a abordagem da orientação argumentativa de textos, podendo, assim, ser trabalhados no ensino da leitura e da escrita, dada a sua configuração textual-comunicativa.

Os estudos realizados por Cabral, por Marquesi e por Rodrigues aqui discutidos acabaram por orientar outros estudos das autoras, que lhes permitiram dar sequência ao aprofundamento sobre planos de texto, contribuindo tanto para o entendimento do próprio conceito, quanto para a análise de suas diferentes realizações em gêneros diversos. Entre esses estudos, damos destaque: ao estudo de Marquesi (2018), cujo foco foi a análise de plano de texto de relatório técnico; ao de Rodrigues, em conjunto com Soares (SOARES; RODRIGUES, 2018), cujo foco foi a análise da sentença judicial de crime hediondo; e ao de Cabral (2018), cujo foco foi a análise de planos de texto em redes sociais.

Ao finalizarmos o diálogo delimitado ao escopo desta seção, pudemos ver confirmado o aprofundamento dado pelos autores estudados, seja do ponto de vista da estrutura composicional, seja do ponto de vista da enunciação, todos eles remetendo a outro nível de análise – o da sociocognição, este, ainda à espera de novos estudos.

Por considerarmos, com base em nossa discussão, que o entendimento do plano de texto considerado tal como destacado no início desta seção, como principal fator unificador da estrutura composicional que desempenha papel fundamental na composição macrotextual do sentido, pode ser ampliado se trouxermos à reflexão esse nível de abordagem, na próxima seção, exploramos os estudos sobre contexto, segundo a abordagem sociocognitiva proposta por van Dijk.

Contexto

Na abordagem sociocognitiva proposta por van Dijk (2011; 2012; 2014; 2016), o conceito de contexto difere bastante da noção de contexto tradicionalmente difundida, porque, para o autor, contexto não é algo externo aos participantes, mas construído por eles, com base em um modelo mental. Assim, cada ator social constrói uma representação mental de determinada situação comunicativa por meio de modelos mentais, os quais, por sua vez, definem e controlam nossa percepção e interação cotidiana em geral e a produção e compreensão dos textos em particular. Esses modelos mentais são chamados de modelos de contexto (VAN DIJK, 2014).

A principal diferença entre a noção tradicional de contexto (como situação comunicativa) e a noção ora apresentada (modelo de contexto) é que a primeira corresponde a um construto sociológico e a segunda, a um construto sociocognitivo. Desse ponto de vista, o contexto não é simplesmente um conjunto de elementos sociais e extralinguísticos, mas a representação mental que os participantes da interação fazem desses elementos.

Para van Dijk (2012), os modelos mentais são pessoalmente únicos e subjetivos. Eles não representam objetivamente os eventos de que fala o discurso, mas, antes, a maneira como os usuários da língua interpretam ou constroem, cada um a seu modo, esses eventos, por exemplo, em função de objetivos pessoais, conhecimentos ou experiências prévias ou em função de outros aspectos do contexto. Trata-se de representações cognitivas de nossas experiências, estas compreendidas como interpretações pessoais daquilo que acontece conosco.

Assim, o conhecimento desempenha importante papel nos modelos de contexto, considerando que uma tarefa fundamental nos modelos de contexto consiste em gerenciar o conhecimento na produção e compreensão do discurso, exigindo dos usuários da língua que calculem estrategicamente o tanto de conhecimento que deve ser pressuposto em um discurso.

Nesse sentido, van Dijk defende que os modelos de contexto têm um mecanismo central que regula a explicitação ou não explicitação do conhecimento no discurso, intitulado em sua teoria de “mecanismo-K” (VAN DIJK, 2012, p. 124). Esses mecanismos possibilitam ao sujeito, em seu processo de produção textual, proceder ao balanceamento de informações de modo a decidir: (i) quais informações serão implícitas, porque pressupostamente compartilhadas com o leitor; (ii) quais informações serão explicitadas, porque pressupostamente consideradas como não pertencentes ao conjunto de conhecimentos compartilhados.

Em se tratando de como funciona o mecanismo-K, o autor explica que a maior parte do conhecimento compartilhado socioculturalmente não precisa ser explicitada pela simples razão de que se supõe que já o conhecemos, razão pela qual os textos são muito incompletos ou implícitos. Então, quem escreve um texto pressupõe, de forma compartilhada com o leitor, grande quantidade de conhecimento de mundo. O leitor, por sua vez, constrói modelos mentais dos eventos sobre os quais está lendo, ativa partes relevantes desse conhecimento e preenche o modelo com a informação que está implicada ou pressuposta no texto.

Partindo da hipótese de que os modelos de contexto controlam muitos aspectos da produção e compreensão de textos, van Dijk defende que os contextos, longe de constituírem um tipo de situação social objetiva, são construtos subjetivos, porém socialmente

fundamentados, realizados pelos participantes a respeito das propriedades que consideram relevantes em uma dada situação.

Destaca-se, portanto, que os modelos de contexto estão diretamente relacionados à compreensão e produção dos textos, porque esses processos envolvem a formação, a ativação e a atualização de um modelo mental como uma representação na memória de longo prazo.

Na compreensão textual, os significados são estratégica e gradualmente construídos e representados na memória, e é essa representação do acontecimento na memória que se entende por modelo (do acontecimento ou da situação), ou seja, aquilo que nos faz compreender um texto é, justamente, a nossa capacidade de construir um modelo mental do acontecimento referido.

A natureza única e pragmática dos modelos de contexto exige que eles sejam relativamente simples, para que os participantes os acionem a todo momento e em diferentes circunstâncias. Por isso, esses modelos são compostos por poucas categorias, como cenário (tempo, lugar), participantes (eu-mesmo, identidades, papéis comunicativos), além de suas propriedades cognitivas correntes (seus objetivos e conhecimento, pertencimento como membro de grupos e suas ideologias) e evento/ação (VAN DIJK, 2011).

Em linhas gerais, os modelos de situação definem a significação do discurso (semântica) e os modelos de contexto definem a adequação pragmática do discurso. Trata-se da nossa percepção acerca das situações que já experimentamos, de que já tenhamos participado e também sobre as quais apenas lemos ou ouvimos e, portanto, são uma maneira de obter conhecimento de mundo (VAN DIJK, 2014).

Os modelos de situação, por sua vez, são tipos de modelos mentais dos eventos que constituem assunto dos textos, isto é, a situação que os atores sociais têm como referência. Nesse sentido, uma sequência de enunciados de um texto é coerente se os usuários da língua forem capazes de construir modelos mentais dos eventos ou fatos sobre os quais eles estão falando ou ouvindo (VAN DIJK; KINTSCH, 1983), escrevendo ou lendo.

Os usuários da língua são, assim, capazes de representar mentalmente eventos e situações sociais e discorrer sobre eles. Ao mesmo tempo, a fala, a escrita e a leitura são controladas pelos modelos de contexto subjetivos, representando eventos e situações comunicativas e, pois, sociais, de tal modo, que sua manifestação linguística e, por consequência, sua interação comunicativa, são adaptadas ao ambiente comunicativo e social (VAN DIJK, 2016).

Em outros termos, a base cognitiva é definida em aspectos semânticos e pragmáticos fundamentais para o uso da língua e do discurso, por meio de uma interface que liga a

natureza, as condições e o controle das estruturas discursivas aos eventos e situações representados do mundo social, por um lado, e, por outro, aos aspectos sociais da situação comunicativa.

Dessa forma, definir contexto em termos cognitivos permite-nos observar as diferenças entre as interpretações subjetivas dos usuários da língua que estão em uma mesma situação social, por exemplo, nos diferentes discursos (escolhas lexicais, temáticas, sintáticas, a entonação, os gestos e as expressões faciais) que provêm de uma mesma leitura.

Além disso, a noção sociocognitiva de contexto também esclarece o fato de o discurso ser influenciado por interpretações alternativas ou inadequadas da situação social. Isso implica entender que é a informação (subjetiva) armazenada nesses modelos que, no fim, controla como produtores adaptam sua escrita à situação corrente. Van Dijk (2012, p. 169) esclarece que são “os modelos de contextos que influenciam o modo como os indivíduos falam, escrevem, leem e entendem”. O armazenamento, a nosso ver, depende de planos de texto bem definidos. Pela discussão aqui realizada, não há como pensar plano de texto independente de contexto, nem contexto independente de plano de texto para a leitura e a escrita. Encontra-se aí o respaldo para nossa proposta de interface entre plano de texto e contexto, tal como aqui concebidos.

Plano de texto e contexto: análise de artigo de opinião publicado em mídia digital

Considerando os objetivos deste trabalho, quais sejam, estabelecer interfaces entre os conceitos de plano de texto e contexto em sua abordagem sociocognitiva, e discutir seus reflexos na escrita e leitura de textos da mídia digital, nesta seção, observamos, no texto opinativo apresentado a seguir, como pode ser considerada a relação entre os conceitos referidos e os efeitos decorrentes para os planos da escrita e da leitura.

O texto que nos serve de exemplo está publicado na coluna de Ruy Castro, no *site* do jornal *Folha de S. Paulo*¹⁰.

Para a organização do plano de texto do artigo de opinião que selecionamos a título de exemplificação, concorrem elementos como título (*Garrafa ao mar*); subtítulo (O objeto leva 10 mil anos para se decompor e não há hipótese de que ninguém o encontre); parágrafos, em um total de 5; sequências textuais (destacadamente descritivas e argumentativas), organizadores e conectores textuais, pontuação, além de *links* cuja ativação possibilita acesso a outros textos, em um princípio de não linearidade próprio do ambiente de rede.

¹⁰ O texto, na íntegra, pode ser consultado no endereço <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/Ruycastro/2018/11/garrafa-ao-mar.shtml>>.

O primeiro parágrafo

No tempo em que o cinema se propunha a discutir coisas, o italiano Michelangelo Antonioni fez três filmes sobre a "incomunicabilidade": "A Aventura" (1960), "A Noite" (1961) e "O Eclipse" (1962). Todos com a bela Monica Vitti, só variando o galã. Para mostrar que o grande problema do ser humano era sua solidão pessoal, inclusive a dois, os personagens de Antonioni passavam o filme zanzando pela cidade, sem ir a lugar nenhum, e falavam muito pouco. Hoje, esses filmes não teriam sentido. Um dos dois pegaria o iPhone e fariam uma DR por telefone, quem sabe comendo um cheeseburger ao mesmo tempo.

apresenta o tema gerador do artigo – a falta de comunicação entre as pessoas –, como o problema era percebido antes (retratado em filmes italianos nos três primeiros anos da década de 1960) e hoje, em tempos de cultura digital, como a forma pela qual o problema foi retratado no filme não faz mais sentido. O parágrafo tem, portanto, a função de situar o leitor acerca do assunto em discussão.

Embora tenhamos construído na memória um modelo mental de como se constitui o gênero textual artigo de opinião e, especialmente, em se tratando do seu início, que haja uma apresentação do tema – questão em discussão – com propósito contextualizador, o modo como o produtor do texto seleciona, sequencia e conecta as informações é representativo da singularidade do plano de texto em questão. Tanto assim o é, que o produtor do texto poderia ter escolhido outras informações de seu repertório de conhecimento que não aquelas atinentes ao mundo do cinema, mas escolheu justamente essas.

O conjunto de informações do parágrafo compõe uma sequência descritiva, cujo desenvolvimento no plano da linearidade do texto vai sinalizando, por um lado, conhecimentos que o produtor possui e, por outro lado, conhecimentos que, na avaliação do produtor do texto, talvez não façam parte do repertório do leitor e, como tal, precisariam ser explicitados. Daí a explicitação do nome do produtor e do título dos filmes, da temática temporalmente situados, dos personagens e do nome de uma atriz de destaque dessas produções.

Ainda nesse sentido, destaca-se, no plano de texto, pela peculiaridade do ambiente da *web* e sua escrita hipertextual (MARQUESI et al., 2010), a presença dos *links* Michelangelo Antonioni (autor dos três filmes citados no parágrafo); personagens de Antonioni e esses filmes. Esses *links* oferecem ao leitor a possibilidade de acessar outros textos contidos no universo da rede para obter informação sobre os tópicos dos *links* (em caso de desconhecimento desses temas) ou, então, de ampliar o conhecimento por meio da realização

de percursos de leitura sugeridos, para a obtenção de informação sobre os temas, visando ao compartilhamento de conhecimentos.

Além dos *links* citados, há um outro que é oferecido ao leitor por meio de linguagem visual: fotografia da atriz italiana – bela Monica Vitti – citada no parágrafo. Dentro do princípio do compartilhamento de informação, o *link* oferece a oportunidade de o leitor obter informação sobre a famosa atriz ou ampliar o conhecimento que já possui sobre ela, por meio da consulta a outros textos disponíveis na internet, bastando, para isso, ativar os *links* sugeridos.

No segundo parágrafo,

Mas, na minha opinião, o problema não foi resolvido —as pessoas continuam tentando se comunicar. Vide a multidão que anda pelas ruas ao celular. O que elas tanto têm a dizer é um mistério. Só se sabe que é uma comunicação que não pode esperar.

o tema da incomunicabilidade humana é retomado da perspectiva do produtor do texto, que apresenta a sua opinião sobre a questão: o problema continua, apesar de tanta comunicação entre as pessoas nesses tempos de intensa conectividade possibilitada por inovações tecnológicas, como o celular.

Na configuração do plano de texto, nesse segundo parágrafo, destaca-se uma sequência argumentativa dentro do movimento esperado em termos de uma produção com teor opinativo em que a argumentação assume papel central.

No parágrafo, o conector “mas” é sinalizador da sequência argumentativa construída em torno da oposição à expectativa indicada no fim do primeiro parágrafo: se antes as pessoas falavam pouco, hoje falam demais. Falar demais deveria acabar com o problema da comunicação entre as pessoas. Não é o que acontece.

O terceiro parágrafo

Uma camiseta com dizeres também é uma forma de comunicação, embora a pergunta da pensadora nova-iorquina Fran Lebowitz, nos anos 70, continue sem resposta: “Se ninguém quer ouvir o que você tem a dizer, por que ouviriam a sua camiseta?”. E os milhões que escrevem e rabiscam coisas no corpo? Quem está interessado em entender o que aqueles garranchos e abstrações significam?

apresenta, dentro do movimento argumentativo, outras formas a que as pessoas recorrem para se comunicar ou comunicar algo: camiseta com dizeres e rabiscos no corpo são tentativas que

não resolvem o problema da comunicação interpessoal, segundo o produtor do texto. Esse posicionamento é marcado pela ideia de concessão sugerida com o uso do conector “embora”.

O quarto parágrafo

Sem falar no tempo de vigência dessas mensagens —todas têm tempo de vida limitado. Uma camiseta abandonada na natureza se desfaz em um ano. E a sua tatuagem desaparecerá com você, mesmo que você viva cem anos. Como fazer então? Uma reportagem no caderno Ambiente de domingo último (4), “Por que os canudinhos de plástico se tornaram os novos vilões do mundo?”, me deu a resposta.

mantém a ideia do parágrafo anterior, porém com o foco no insucesso dos diferentes meios a que recorrem as pessoas para se comunicar, atribuído ao fator tempo: camisetas e rabiscos no corpo desaparecem com o tempo. Ao final do parágrafo, contudo, o produtor aponta para uma possível solução do problema.

O quinto parágrafo

A garrafa de vidro. Leva 10 mil anos para se decompor. Escreva a sua mensagem, enfie-a numa garrafa e jogue-a ao mar. Não há hipótese de, em 10 mil anos, ela não chegar a alguém que finalmente saberá o que você tanto queria dizer.

começa com a resposta (A garrafa de vidro) à pergunta contida no quarto parágrafo (Como fazer então?), que representa, do ponto de vista de quem produz o texto, a solução do problema referente à incomunicabilidade humana.

Como designado, a ênfase é no meio pelo qual o problema que constitui o tema do texto será resolvido, na visão do produtor do texto. A solução do problema é apresentada, inclusive, pela mudança do modo indicativo para o modo imperativo afirmativo no trecho indicado a seguir, que constitui, no entendimento de Adam (2019), um discurso procedural: “Escreva a sua mensagem, enfie-a numa garrafa e jogue-a ao mar”.

Repete-se, ao final desse parágrafo, o expediente usado pelo produtor do texto no primeiro parágrafo, em que tratou do cineasta, de seus filmes, personagens e atores: oferecer ao leitor informação (pressupondo que o leitor desconhece o assunto) ou ampliação de informação (pressupondo que o leitor tem algum conhecimento sobre o assunto).

Considerando que talvez o leitor desconheça o assunto e considerando a importância do conhecimento compartilhado para a compreensão do texto, o produtor do texto sugere a consulta/leitura a outros textos, no caso, por meio do *link* formado por imagem com uma

legenda que diz “Carta do explorador David Livingstone, escrita em 1859, deixada dentro de garrafa, pedindo provisões - Alessandro Abbonizio/AFP”.

No plano de texto em discussão, esse *link* em particular, além da função mencionada anteriormente, assume outra de igual relevância: justificar a solução apresentada ao problema dado o caráter de sua anacronicidade. Justifica-se, assim, o título dado ao texto “Garrafa ao mar”, bem como o subtítulo que focaliza o meio pelo qual o problema da incomunicabilidade entre as pessoas pode ser solucionado, segundo o ponto de vista do autor.

Além dos aspectos comentados, assumem relevante papel na organização do plano do texto analisado: os organizadores textuais temporais presentes na primeira e na penúltima linhas do primeiro parágrafo (respectivamente, “no tempo em que” = ontem; “hoje”). O produtor do texto começa o texto recorrendo a filmes do passado para situar o problema da incomunicabilidade humana que existia antes e continua a existir nos dias atuais. Termina o texto apontando, por ironia, para uma prática do passado destinada a resolver o problema que estes tempos de intensa comunicação em redes sociais não conseguiram resolver. Encerra-se, assim, o raciocínio analítico do autor do texto a serviço da organização do plano de texto.

Outro destaque no plano de texto diz respeito ao modo como foi pensada discursivamente o uso de sinais de pontuação, com destaque para o segundo, terceiro e quinto parágrafos.

No segundo parágrafo, a expressão “na minha opinião” aparece entre vírgulas logo no início do texto, chamando a atenção para o sujeito responsável pela opinião, ou seja, para o locutor enunciador primeiro (I1/E1). Em seguida, o uso do travessão põe em evidência não mais o sujeito, mas a sua opinião mesma: “o problema não foi resolvido — as pessoas continuam tentando se comunicar”.

Já no terceiro parágrafo, em relação à pontuação, destaca-se o uso de interrogação em dois momentos: i) no interior da citação da pensadora nova-iorquina Fran Lebowitz (“Se ninguém quer ouvir o que você tem a dizer, por que ouviriam a sua camiseta?”), em um processo de intertextualidade explícita que serve ao propósito de reforçar a ideia da incomunicabilidade humana; ii) no interior do raciocínio analítico de quem escreve o artigo: “E os milhões que escrevem e rabiscam coisas no corpo? Quem está interessado em entender o que aqueles garranchos e abstrações significam?”, observando o seu posicionamento revelado no parágrafo anterior.

Por fim, no quinto parágrafo, a pontuação chama a atenção pelo uso pouco comum do ponto final separando o referente (A garrafa de vidro.) de sua predicação (Leva 10 mil anos para se decompor.), logo no início do parágrafo. O efeito gerado pela estratégia encontra

justificativa no fim do quarto parágrafo, em que o autor diz ter encontrado uma resposta para o problema e essa resposta é “A garrafa de vidro”. O uso de sinais de pontuação como foi feito é um dos aspectos que aponta para escolhas de quem escreve motivadas por intencionalidade desse sujeito, e reitera o caráter singular de cada plano de texto.

Resumidamente, podemos dizer que, em se tratando do texto apresentado como exemplo, elementos como parágrafos, título e subtítulo, sinais de pontuação, conectores e organizadores textuais, além dos *links* são alguns dos recursos capazes de marcar um plano de texto.

Ainda podemos dizer que, como empreendido, o plano do referido texto possibilita a emergência de traços característicos do gênero artigo de opinião: nos parágrafos e nas escolhas verbais e não verbais realizadas, o problema é anunciado e o posicionamento do autor é construído argumentativamente.

Nessa construção, o uso de organizadores textuais e de conectores, além da pontuação, a delimitação de parágrafos, a constituição de sequências textuais e suas funções, bem como a indicação de *links* que, uma vez ativados pelo leitor, vão possibilitar uma expansão em rede do conteúdo oferecido linearmente, são todos elementos que, cada um a seu modo, contribuem para a concretização do plano do texto, remetendo-nos, como vimos, a aspectos não apenas atinentes à ordem estrutural, mas também àqueles de ordem textual-discursiva, estes ancorados em modelos armazenados na memória e constantemente atualizados em razão das nossas muitas experiências diárias com o uso de linguagens.

Considerações finais

A análise realizada nos permite concluir este trabalho com uma reflexão sobre a importância do contexto sociocognitivamente concebido para o entendimento do plano do texto e da interface entre ambos para o tratamento da escrita e da leitura em mídia digital, como passamos a expor.

Se considerarmos que o plano de texto é um empreendimento subjetivo que envolve intenções, objetivos e conhecimentos socialmente adquiridos e compartilhados, concebido e concretizado por sujeitos de forma situada, como o vimos no texto analisado, então, no processo de escrita para a organização de um plano de texto e no processo de leitura para a apreensão do plano de texto, é preciso, da parte do produtor e também do leitor, que esses sujeitos em seus respectivos papéis elaborem para si uma representação referente a aspectos como: para quem se dirige o texto, com que intenção e objetivo, em que situação se

encontram os participantes, quais conhecimentos estes (pressupostamente) possuem de forma compartilhada ou não.

Em outras palavras, consideramos possível afirmar que, na atividade de escrita e de leitura, os sujeitos envolvidos representam para si, com base na ativação de conhecimentos e experiências, o contexto. É esse modelo mental que vai orientar, do ponto de vista da adequação ou não adequação, a escrita e a leitura. É esse modelo mental que também vai sendo redefinido, à medida que o plano de texto se realiza.

Dizendo de outro modo, subjaz à organização de um plano de texto a noção de contexto como uma interpretação subjetiva e constantemente atualizada, fundamentada em práticas sociais e interacionais. Se consideramos que não existe texto sem contexto, podemos afirmar também que não existe plano de texto sem contexto.

Centrando-nos no exemplo do artigo de opinião publicado em mídia digital, podemos dizer que o plano de texto foi organizado de modo a abordar um problema e apresentar uma solução. Essa escolha, no entanto, é apenas uma das formas possíveis que pode assumir o gênero textual em questão, tendo-se em vista a intenção e o objetivo de quem escreve.

Disso desprende-se que os sujeitos escritores e leitores representam para si elementos do contexto sociocognitivamente compreendido, que servem de orientação ao plano de texto. Além da intenção e do objetivo, os sujeitos também representam para si o gênero textual em questão, suas regularidades, funções, particularidades do meio de veiculação (no caso do exemplo em discussão, da mídia digital), bem como configurações possíveis quanto a seleção, distribuição e balanceamento das informações nessas práticas comunicativas.

Corroborando, por último, esta reflexão final, que o plano de texto, como vimos, permite construir (na produção) e reconstruir (na leitura) a organização global de um texto. Subjacente a ele, o contexto sociocognitivo possibilita o gerenciamento de conhecimentos diversos na produção e compreensão do texto, exigindo dos usuários da língua que calculem estrategicamente não apenas os conhecimentos que devem ser explicitados ou implicitados em uma dada produção, mas também o modo pelo qual devem fazê-lo, tendo em vista a intenção e o objetivo em jogo.

A reflexão aqui apresentada nos possibilita finalizar o trabalho destacando o cumprimento do objetivo para ele proposto, bem como as respostas às questões que o orientaram e, ao respondê-las, abrir perspectivas para a continuidade da pesquisa sobre planos de texto no vasto campo de desafios da escrita e da leitura em meios digitais.

Referências

ADAM, J.-M. A. **Textos - Tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **A linguística textual** – Introdução à Análise Textual dos Discursos. São Paulo: Cortez, 2011 [2005].

_____. **Les textes**: Types et prototypes. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1992.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Perspectivas da Análise Textual dos Discursos para a prática da escrita argumentativa na escola: planos de texto, sequências textuais e estratégias linguísticas nas redes sociais. In: GOMES, Alexandro Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 93-107.

_____. Argumentação na língua e argumentação no texto. **Interseções** – Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais, v. 9, p. 26-40, 2016a. Disponível em: <<http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/intersecoes/pdf/intersecoes-ano-9-numero-1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. Texto e Argumentação: escolhas linguísticas, organização textual e contexto enunciativo. In: PIRIS, Eduardo Lopes; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan; LIMA, Geralda de Oliveira Santos (Orgs.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 3., 2016. **Anais...** Ilhéus: Editus, 2016b, p. 381-391.

_____. Plano de texto: estratégia para o planejamento da produção escrita. **Revista Linha d'Água**, n. 26, p. 241-259, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/index>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CASTRO, Ruy. Garrafa ao mar. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 11 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2018/11/garrafa-ao-mar.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2019.

COUTINHO, Maria Antónia. **Texto(s) e competência textual**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1998 [1990].

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUESI, Sueli Cristina. Procedimentos analíticos da ATD e Produção escrita: estrutura composicional e sequências textuais descritivas em relatórios técnicos. In: GOMES, Alexandro Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 111-123.

_____. Sequências textuais descritivas e suas funções nas sentenças judiciais. In: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Linguagem e Direito** – perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016, p. 113-128.

MARQUESI, Sueli Cristina; CABRAL, Ana Lúcia; ELIAS, Vanda Maria da Silva; VILLELA, Ana Maria Nápoles. Ensino em meios digitais: uma questão de leitura e escrita. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 354-386.

MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MIRANDA, Florencia. **Textos e gêneros em diálogo** – uma abordagem linguística da intertextualização. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. In: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Linguagem e Direito** – perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016, p.129-143.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; MARQUESI, Sueli Cristina. Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral (sob supervisão do Prof. Jean-Michel Adam). Universidade de Lausanne, Suíça, 2016.

SOARES, Emiliana Souza; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Plano de texto do gênero sentença judicial de crime hediondo no âmbito da família. In: GOMES, Alexandre Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Análise Textual dos Discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p.187-222.

VAN DIJK, Teun A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. Trad. Pedro Theobald. In: **Revista Letrônica**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, p. 6-29, nov. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>> Acesso 10 ago. 2017.

_____. **Discourse and Knowledge**: a sociocognitive approach. Barcelona: Cambridge University Press, 2014.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Sociedad y discurso**: cómo influyen los contextos sociales sobre e texto y la conversación. Barcelona: Gedisa, 2011.

VAN DIJK, Teun A.; KINTSCH, Walter. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

Recebido em: agosto de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.